



DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS

Água, Cultura e Património:
**Aqueduto
e Chafarizes**
da Vila de Óbidos

Visita Guiada . ÓBIDOS
16 de Abril 2011

FICHA TÉCNICA:

Edição_

Câmara Municipal de Óbidos

Textos e Coordenação Científica_

João Pedro Tormenta e Ricardo Pereira (Arquivo Histórico Municipal)
Dina Matias e Sérgio Pinheiro (Serviço de Arqueologia)

Design Gráfico_

Gabinete de Comunicação e Design

Fotografia_

Gabinete de Comunicação e Design

Óbidos 2011

Capa_Antigo Chafariz junto à Porta da Vila de Óbidos (datado dos inícios do século XX)

Imagem: Arquivo Histórico do Município de Óbidos

Água: O Património vivo.

É evidente que a água desempenha um papel importantíssimo para o estabelecimento e crescimento de um aglomerado populacional, bem como para o desenvolvimento e modelação da malha urbana. Onde ruas e acessos são criados, em muitos casos, segundo linhas de água naturais e fontes, sendo os limites dos aglomerados estabelecidos pelos rios e leitos de cheia.

O recurso à água potável, no entanto, não é inesgotável e escasseia à medida que os aglomerados habitacionais crescem e se desenvolvem, levando à carência do bem vital e a consequentes tensões sociais. Os veios de água naturais, que brotam das rochas por fontes e biqueiras, esgotam-se caso sejam explorados em demasia, deixando em risco o desenvolvimento das vilas e cidades, ameaçando mesmo a sua própria existência.

A importância das fontes e bicas atinge ainda nos dias de hoje o carácter divino e sagrado sendo, em muitos casos, ainda locais de devoção, de festas e romarias, que sob a capa do cristianismo, perpetuam no tempo e na memória a importância milenar da água e das suas capacidades terapêuticas, quer para o ser humano, quer para os animais do seu sustento.

No entanto, actualmente, muitos de nós, ou porque perdemos essa relação “sagrada” com a Natureza, ou porque achamos que por algum motivo já não devemos dar importância relevante a esse assunto, não encaramos a verdadeira importância da água como um bem essencial, vital para a nossa própria existência. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender e estudar a importância de um rio que ao nascer algures numa serra, desenhou durante os séculos, com a sua cadência intemporal, toda uma paisagem e território, até se deter numa lagoa ou numa foz; ou a importância de uma pequena fonte natural que brota água fresca e limpa num dia quente de Verão.

Urge pois valorizar, defender, respeitar e compreender a água, como um património único e insubstituível para todos nós; articulando a sua existência com um crescimento sustentável.

O Urbanismo renascentista em Óbidos

Em meados do séc. XVI, Portugal encontra-se no seu zénite expansionista. Pelos quatro cantos do mundo as frotas portuguesas sulcam os mares, estabelecendo rotas comerciais e trazendo para a Europa, ávida de novidades, notícias e animais de terras longínquas, ajudando a uma revolução nas mentalidades, que a pouco e pouco, alterava o pensamento Europeu e que ficaria designado para a História como o Renascimento.

Este faz-se sentir a todos os níveis do pensar, apoiando-se numa cultura greco-latina, esquecida ou destorcida na Europa, durante os longos e sombrios anos da Idade Média. Nesse contexto surgem os primeiros textos sobre como deveriam ser organizadas e construídas as cidades, no sentido da sua defesa e valorização, com o objectivo último do bem comum dos povos que as habitam.

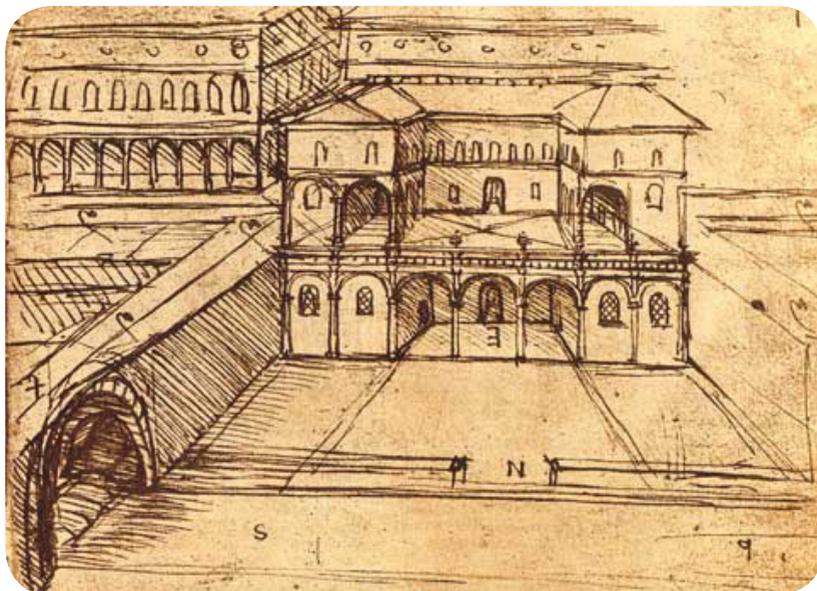
Em Portugal salientamos um livro em especial demonstrativo desse espírito renascentista, o brevíssimo: *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, da Autoria de Francisco de Holanda

Nele o autor, que havia viajado pela Europa, com o mecenato do próprio Rei D. João III, retrata a situação da cidade de Lisboa, propondo soluções para alguns dos seus problemas urbanos à época como, por exemplo: a defesa da cidade, face às novas armas pirobásticas, a abertura de praças amplas para comércio, mas, e em especial, debruça-se sobre o abastecimento de água:

Lisboa [...] onde todos os que bebem água, não tem mais de um estreito chafariz para tanta gente [...] e deve de trazer a Lisboa Água Livre que de duas léguas dela trouxeram os Romanos, por condutas debaixo da terra, subterrâneos furando muitos montes e com muito gasto e trabalho.

Consciente da mudança de atitudes que o pensamento renascentista traz consigo, a Coroa Portuguesa, numa tentativa de modernização e de acompanhamento dos novos tempos, não fica à margem dos acontecimentos. Se Lisboa não teve para logo de imediato o seu aqueduto das águas livres; Coimbra, Elvas, Évora, Torres Vedras e Óbidos, entre outras vilas e cidades, puderam desfrutar desse equipamento “moderno” que tanta falta lhes fazia.

A par da construção do aqueduto, que custou á “Casa das Rainha” 23 mil cruzados, Óbidos, assim como outras vilas, pode ainda dispor de uma ampla



Desenho de uma praça. Leonardo da Vinci - segunda metade do séc. XV

praça central, com um belo fontanário clássico, bem como de uma artéria “larga” (Rua Direita), tudo isto rematado pelo frontão da Igreja de Santa Maria que, com a sua colunata ao estilo clássico, nos recorda um imponente templo romano. Tais obras vieram dar à vila tipicamente medieval, com forte génese de cunho árabe, um aspecto mais renascentista; um ar mais itálico e moderno.

Numa altura em que Óbidos era ainda a cabeça de um território importante, é de salientar ainda que todas estas alterações urbanísticas, e tal como era preconizado pelo próprio Francisco de Holanda, entre outros, serviam também o propósito de melhorar os sistemas defensivos das vilas e cidades, face ao novo tipo de guerra e às novas formações de combate que os canhões e mosquetes agora exigiam nas batalhas e nos cercos. Ruas amplas para rapidamente passar artilharia e carros, cruzavam-se com praças centrais onde as tropas pudessem ser treinadas ou rapidamente organizadas em formatura. Tudo isto acompanhado por um bom sistema de abastecimento e drenagem de água, permitia sustentar um cerco e evitar epidemias, causa principal da queda das cidades. Também as vias de comunicação, fundamentais para o comércio e para a defesa da região e do reino, não foram descuradas, tendo sido construída (ou reconstruída) uma nova ponte sobre o rio Arnóia.

Aquedutos e Chafarizes

Aqueduto da Usseira

Mandado construir pela Rainha D. Catarina de Áustria (mulher do Rei D. João III) em 1573, mas que só virá a ser concluído, possivelmente, no reinado de Filipe I. Inserido num programa de modernização urbana da própria Vila de Óbidos, encetada pela própria Rainha, esta infra-estrutura inaugurou o sistema de abastecimento de água ao burgo obidense, pois era há *“muito necessario trazer se a agoa da Usseira a esta villa de que sua alteza tem serto informasam e aqui se trata pedem a sua alteza a esta conta lhes fasam merse respeitando a necessidade desta villa que della ha e a honestidade e nobreza desta villa e a vontade com que os moradores della tratam de a servir lhes fasa merse de dar ordem como se traga com toda a brevidade sem os moradores e povo da ditta vila e termo pagarem couza alguma pera isso por estar a gente pobre e com as fintas das pontes e outros encargos não esta pera soprir couza alguma e que a obra do cano pera a ditta agoa comesse juntamente com a obra das vallas da várzea...”* (Ver *“Título e Contrato que a Camara da Villa de Obidos fes com a Rainha Dona Catherina sobre a Varzea que esta iunto a dita Villa”*, AHCMO/AL/VAR/Lv01, 4v). Construído em pedra calcária e tijolo, coberto de alvenaria, tendo uma leve impressão românico-gótica que lhe é dada pela feição dos arcos de volta perfeita, sendo os mais estreitos e ligeiramente ogivais, os de maior largura. Tinha uma extensão de cerca de seis quilómetros, repartida em três principais troços: o primeiro, de maiores dimensões, consistia em cerca de três quilómetros de canalização subterrânea, da nascente, na localidade da Usseira, até ao Vale dos



Imagem: Arquivo Histórico do Município de Óbidos

Arcos, o segundo, iniciava-se, desde o Vale dos Arcos, o troço aéreo, o qual percorria aproximadamente dois quilómetros e meio, em arcaria levantada, até à porta da Vila e o terceiro, de cerca de quinhentos metros seguia, subterraneamente, a Rua Direita e terminava no Chafariz da Praça de Santa Maria, para assim abastecer de água os habitantes da Vila. Mais tarde chegou, ainda, a alimentar de água outros dois chafarizes da Vila, o da Mãe de Água (que existiu junto à Porta da Vila e que foi desmantelado no século passado) e o da Bica ou Biquinha, além de vários outros bebedouros.

Chafariz Real da Praça de Santa Maria

Fonte maneirista de espadar, construído na 2ª metade do século XVI, adossado ao muro que suporta a Rua Direita, onde tem encimado o Pelourinho da Vila. Construído em pedra calcária, o material utilizado, preferencialmente, nesta região, a que se junta alguns fragmentos de mármore rosa, com brasão da Rainha D. Catarina de Áustria, já corroído pelo



Imagem: Arquivo Histórico do Município de Óbidos

tempo, e *“encimado por um frontão triangular debruado por cornija dupla saliente, apresentando no interior um pequeno rectângulo em ressalto”* (Teresa Bettencourt da Câmara, *“Óbidos Arquitectura e Urbanismo. Séculos XVI e XVII”*, p. 54). Possui, ainda, duas bicas (que já não estão em funcionamento), em forma de gárgulas, que eram alimentados, em tempos idos, pelo Aqueduto, sendo completado o conjunto, com um tanque de pedra calcária, em forma rectangular com cantos exteriores contra curvados.

Chafariz do Poço ou Chafariz Novo/ Chafariz do Arrebalde ou Chafariz de D. Maria I

O Chafariz do Poço, ou Chafariz Novo, foi mandado construir pela Rainha D. Maria I, em 1792, aquando da sua permanência na Vila de Óbidos, no local onde a tradição diz ter existido um poço ou cisterna árabe. Constituído por

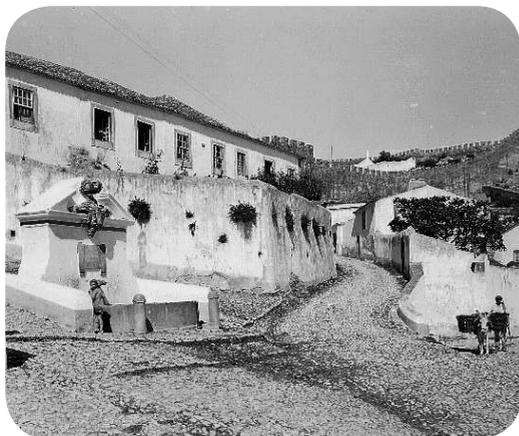


Imagem: Arquivo Histórico do Município de Óbidos

um pano único curvilíneo rematado por armas reais no frontão, possui uma simples bica (que já não está em funcionamento) e um tanque constituído por linhas rectas e curvas, flanqueado por dois pilares. No centro do pano murário, destaca-se uma cartela com a inscrição: “*Maria Prima. Utilitate Publicae. MDCCLXLII*”, autenticando a esta Rainha a construção desta arquitectura infraestrutural.

Chafariz da Bica ou da Biquinha

Segundo a tradição, esta fonte já existia aquando da conquista de Óbidos aos Mouros, mas a sua actual feição foi-lhe dada numa obra executada em 1856. Nela destaca-se, dois corpos laterais simétricos, separados do corpo central por uma pilastra adossada à parede de um casario, com um tanque em forma de U, com bebedouro adossado. O corpo central contém um



Imagem: Gabinete de Comunicação e Design do Município de Óbidos

frontão triangular, cujo vértice é substituído por as armas reais no espaldar em pedra calcária. A fonte (habitualmente designada por chafariz) com uma só bica, ainda em funcionamento, é abastecida por um veio natural que brota não só neste ponto, como num olho de água localizado poucos metros acima, numa terra de sementeira, vinha e olival. Considerada a fonte mais antiga da vila ela foi também a mais importante até à construção dos chafarizes com

água fornecida pelo Aqueduto. As suas águas eram consideradas “*santas*” ou medicinais, e que serviriam, possivelmente, para tratar males dos olhos.

Chafariz dos Cavalos

Chafariz extra-muros que recolhia água de veios secundários. Dado tratar-se de um tanque rectangular colocado num talude e abastecido por águas baixas provenientes da absorção de terra e do excesso das águas que corriam na Vila, este ponto de abastecimento servia, essencialmente, para dar de beber às montadas e outros animais, situação pela qual era conhecido por Chafariz dos Cavalos.



Imagem: Gabinete de Comunicação e Design do Município de Óbidos

A rede de drenagem de águas pluviais e residuais

Os trabalhos arqueológicos realizados pelo Serviço de Arqueologia têm incidido principalmente sobre edifícios e espaços públicos da Vila de Óbidos. Conta-se também uma acção no Loteamento Arcos de Santa Iria, que fica situado no Bairro dos Arcos junto ao Aqueduto da Usseira.

Estes trabalhos arqueológicos forneceram dados importantes não tanto para a compreensão do abastecimento de água, mas para o conhecimento do escoamento das águas da Vila, confirmando a existência de uma rede organizada de drenagem de águas pluviais e residuais.

De facto, o acompanhamento arqueológico no Loteamento Arcos de Santa Iria não permitiu a detecção de quaisquer vestígios de obras de construção ou reparação relacionadas com o Aqueduto da Usseira. Pensamos que tais vestígios tenham sido afectados pela actividade agrícola desenvolvida no local.

Na Rua Josefa de Óbidos, os trabalhos de acompanhamento possibilitaram a identificação de um cano para a drenagem de águas pluviais e residuais. Corresponde a um pequeno cano em alvenaria ordinária, de secção tendencialmente rectangular, com o fundo revestido a tijoleira. Sofreu uma reparação, onde se reaproveitou fragmentos de tijolo. Em virtude da utilização, o cano apresenta um depósito calcário, com aproximadamente 5 mm de espessura. Segundo uma acta de vereação existente no Arquivo Histórico do Município, o concurso para a construção das calçadas da Rua Direita foi lançado no ano de 1873; este concurso incluiu também o encanamento das águas e a remoção dos antigos piais. Por conseguinte, e mesmo considerando que a vala de fundação corta depósitos datáveis do séc. XIX, atribuímos a construção do cano ao séc. XIX.



Aspecto do cano existente na Rua Josefa de Óbidos

Imagem: Serviço de Arqueologia do Município de Óbidos



Perspectiva do troço intermédio do cano identificado na Travessa de Nossa Senhora do Rosário

Imagem: Serviço de Arqueologia do Município de Óbidos

Durante o acompanhamento arqueológico efectuado na Travessa de Nossa Senhora do Rosário e na Rua Padre Nunes Tavares, encontrou-se três troços de um cano para o escoamento de águas, que converge com o pano de muralha. Trata-se de um cano em alvenaria ordinária, de secção provavelmente rectangular, com vestígios das lajes de fundo. Segundo dados ainda preliminares, entre os quais se destaca a relação altimétrica com uma antiga calçada, o cano foi construído no período moderno.

Na Rua Dr. Luís Octávio de Amorim Garcia, os trabalhos de acompanhamento permitiram também a identificação de dois troços de canos em alvenaria ordinária, destinados à drenagem de águas. Num caso, o cano apresenta uma secção rectangular, com cobertura em lajes e fundo em argamassa de cimento. Segue na direcção da Rua dos Arrifes, desaparecendo por baixo das dependências da Estalagem do Convento. Sofreu uma reparação em época recente, conforme demonstra o revestimento do fundo. Este cano data provavelmente do período moderno, mas continua em actividade. Noutro caso, o possível cano suscita dúvidas de interpretação, porque as más condições meteorológicas inviabilizaram a conclusão da escavação. De qualquer modo, os dados de campo indicam que a destruição da estrutura ocorreu no séc. XVI.

Em paralelo, os trabalhos de acompanhamento possibilitaram a identificação de um troço de canal em alvenaria ordinária para a drenagem de águas. O canal revela uma secção trapezoidal invertida, com paredes fortemente inclinadas e fundo bastante estreito; não deveria apresentar cobertura. Desaparece sob um edifício de habitação, que delimita a Rua Dr. Luís Octávio de Amorim Garcia e a Rua D. João de Ornelas junto à Estalagem do Convento. Como a escavação do enchimento proporcionou materiais datá-



Vista do canal encontrado na Rua Dr. Luís Octávio de Amorim Garcia

Imagem: Serviço de Arqueologia do Município de Óbidos

veis dos sécs. XII ou XIII, admitimos a hipótese de se tratar de uma construção islâmica.

Do acompanhamento arqueológico na Rua D. João de Ornelas resultou igualmente a detecção de três troços de canos para o escoamento de águas. O cano principal evidencia uma estrutura em alvenaria ordinária, de secção rectangular, com cobertura e fundo em lajes; reutiliza fragmentos de tijolo e de telha. Desaparece sob o edifício do Hotel Real d'Óbidos na direcção sul e sob o largo da Igreja de Nossa Senhora de Monserrate na direcção norte, segue pela encosta até ao Rio Arnóia, permanecendo um troço a descoberto. Este cano foi construído possivelmente nos sécs. XVIII ou XIX, por causa das relações de posterioridade com as estruturas e os depósitos envolventes. Os canos secundários mostram estruturas em alvenaria ordinária, de secção trapezoidal invertida ou rectangular, tendo cobertura em lajes, paredes revestidas com argamassa e fundo em pedras irregulares. Propomos uma fundação contemporânea, devido ao tipo de estrutura e às relações estratigráficas. Refira-se que estes canos continuam em funcionamento.



Perspectiva do cano principal existente na Rua D. João de Ornelas

Imagem: Serviço de Arqueologia do Município de Óbidos

Por conseguinte, os trabalhos arqueológicos têm demonstrado a presença de várias estruturas relacionadas com a drenagem de águas pluviais e residuais, o que valida as informações orais fornecidas por algumas pessoas e enquadra as observações efectuadas dentro de caixas em processo de manutenção.

Segundo os dados disponíveis, as águas corriam em canais a céu aberto no período medieval e em canos subterrâneos pelo menos desde o séc. XVI. Estes canos formam uma rede de drenagem no período moderno, recebendo diversas melhorias ao longo do período contemporâneo. Por um lado, a rede constitui uma solução natural para os fenómenos de inundações rápidas, que ocorrem por escorrência e concentração de águas pluviais em função da morfologia do terreno. Por outro lado, a rede permite o escoamento de águas domésticas, hospitalares ou outras, que aumentaram certamente com o fornecimento contínuo e gratuito de líquido através do Aqueduto da Usseira. Não fora a necessidade de limpeza e manutenção regulares, o sistema estaria completo e em plena actividade.

Óbidos_Planta de Estruturas



CRONOLOGIA

FACTOS ASSOCIADOS À HISTÓRIA DA CONSERVAÇÃO DO AQUEDUTO DA USSEIRA E DOS CHAFARIZES DA VILA DE ÓBIDOS

1573 – De acordo com o *“Titulo e Contrato que a Camara da Villa de Obidos fes com a Rainha Dona Catherina sobre a Varzea que esta junto a dita Villa”* (Ver AHCMO/AL/VAR/Lv01), esta Rainha mandou construir um Aqueduto que trouxesse a água da Usseira, mandando, igualmente, que da renda deixada da Várzea de Óbidos, seria utilizada para a sua reparação e limpeza, que seria feita pelos oficiais do Concelho de Óbidos.

1601* – Possível primeira reparação no Aqueduto.

1622* – Possíveis restauros executados no Aqueduto e nas fontes existentes na Vila de Óbidos.

18 de Junho de 1664** – *“A Casa da Rainhas”* manda pagar a quantia que se estava devendo dos oito mil reis anuais para a fábrica do cano de água da Vila de Óbidos.

1705*** - A Vereação gasta cerca de oito mil e trezentos reis com a construção de um novo Chafariz (?).

24 de Julho de 1706**** – A Vereação *“Ouverão por Condenado”* um tal *“Francisco por hir buscar agoa ao chafaris da Porta da Villa, em quinhentos reis e na mesma penna incorrerá toda a pesoa que for tirar agoa ao dito chafaris”*.

1717* – Possíveis reparos no Aqueduto.

1718**** - Provisão da Rainha D. Mariana de Áustria para que se aplique o dinheiro da renda do peixe da Lagoa de Óbidos no reparo dos canos do Aqueduto.

1720*** - Reparos no Chafariz dos Cavalos.

05 de Agosto de 1771**** – O Procurador do Concelho requer à Vereação *“que o Aqueduto porque se provia toda e esta villa de agoa se achava muito arruinado, e routo em muitas partes de que resultava estar continuamente faltando agoa na villa de Verão, e de Inverno vir a agoa imunda, e indigna de se beber, por vir o cano por algumas partes por baixo do chão, e lhe entrarem as agoas que proximamente se achavão estagnadas, e barrentas, que o mesmo cano recebia por não ser o cano de pedra, mas sim de simples telha”*, assim *“Attendendo a esta obra ser de necessidade publica requeria [o tal Procurador do Concelho] se mandarem fazer canos de pedra para aquelle espaço por onde vem por baixo do chão, e que se mandace retificar todo o mais e Aqueduto; porque alem de assim o pedir a necessidade publica o pedia a conservação de huma obra tão nobre em que se tinhamo despendido tantos mil cruzados”*.

27 de Maio de 1777**** – A Vereação acordou *“que fossem condenados todos os [que] tinhamo rossas e testadas junto ao Aqueduto da Agoa...visto não terem feito cazo da notificação que se lhe fees para a fazerem no termo de dez dias”*. Assim tinhamo sido condenados as seguintes pessoas: *“Maria Elena do lugar da Usseira por andarem dois bois apastorados no cano da Agoa que vem para esta villa [de Óbidos] condenada em quinhentos reis cada hum [dos bois]...Joze Gomes Sapateiro desta Villa huma rossa...por fazer condenado [em duzentos e vinte reis]...João Pereira desta villa huma rossa pequena por fazer condenado [em duzentos e vinte reis]...Francisco Antonio de Sequeira huma areda que intolhou com terra, e pedra fazendo prejuízo ao mesmo cano condenado [em duzentos e dois reis]*. A Vereação acordou, ainda, *“que todas estas condenações fossem applicadas para o conserto do mesmo aqueduto...”*.

06 de Junho de 1777**** – O Procurador do Concelho requereu à Vereação que se “tirasse devaça [aplicar uma pena pecuniária] do Aqueduto como manda a Provizão”.

05 de Fevereiro de 1780**** – O Procurador do Concelho requer à Vereação “que por lhe constar estarem os Chafarizes muito sujous se notificassem os trabalhadores que precisos fossem para a dita limpeza, hindo o mestre Pedreiro ver se necessitão conserto...”

19 de Abril de 1780**** – O Procurador do Concelho requer, novamente, à Vereação, “que fossem notificados...que visto os confinantes do canno, que vem da Usseira para esta villa terem feito varias abertas no dito cano, e como senão possa avrigoar quais dos confinantes sejam os que recorrerão neste delito portanto requeria, que se procedesse a devaça na forma de Alvara que se acha registado nesta Camara”.

31 de Maio de 1781**** – A Vereação determinou que “se passasse ordem para o Juiz da Vintena [Juiz de paz, nomeado por um ano pela Câmara Municipal, para os lugares com mais de 20 famílias, decidindo verbalmente pequenas causas cíveis, sem direito a apelação ou agravo] do lugar da Usseira para notificar a todos os confinantes do cano de Agoa, que vem para esta villa para que no termo de quinze dias fação as suas aredas com penna de se proceder a devaça, que manda a provizão...”

17 de Fevereiro de 1783**** – Divergências entre alguns moradores da Vila de Óbidos e a Santa Casa da Misericórdia quanto à utilização do Chafariz da Praça de Santa Maria. A Santa Casa da Misericórdia requer uma petição à Vereação, para que a água do Chafariz só seja utilizada “para se lavarem as imundicias do mesmo Hospital, ou Infermaria”, em vez de ser aproveitada por alguns moradores “para os seus quintaes, para couzas menos precisas”. Por outro lado, os moradores contestam esta posição da Santa Casa, afirmando que “o Chafaris da praça he abundante de agoas” e “de que tem posse [os moradores] immemoriavel da dita agoa”, acusando a Misericórdia de Óbidos que não precisam “da dita agoa que pertendem, por estar o chafariz da praça muito próxima a dita Infermaria, muito menos a precisão agora quando revestidos de menos caridade”.

14 de Março de 1784**** – Devido à grande pluviosidade que tem caído, durante este ano, caiu do Aqueduto “mais de secenta palmos...e em outros Sítios ameaça a mesma ruína por estar a mesma parede do dito aqueducto toda tombada que senão poderá ser remediar sem huma grande despeza, e como o aqueduto consedido pella Raynha tem oito mil reis aplicado para o dito conserto e estes não chegão nem para o betume” o Procurador do Concelho requer à Câmara, que esta “deve representar a Sua Magestade em rezão do Contracto onerozo celebrado com este povo, pello qual as Senhoras Raynhas se obrigarão a trazer agoa a este povo emtregando lhe huns baldios, que possuião junto a esta villa”.

21 de Setembro de 1786**** – A Vereação supplica à Rainha D. Maria I a reparação do Aqueduto, pois a Vila de Óbidos padece há alguns anos de “faltas de agoa por estar demolido o aqueduto em varias partes e não haver outra agoa senão a da fonte de Jardim [localizada na Quinta do Jardim, perto da Vila].

20 de Julho de 1788**** - Continuando a existir falta de água na Vila de Óbidos “por se estarem consertando os aqueductos”, a Vereação determina que “fossem notificados os homens que fossem necessários para hirem boscalla [a água] á fonte do Jardim”.

28 de Maio de 1790**** - A Vereação acordou passar um Edital “para serem avizados os Moradores desta Villa e do Lugar da Usseira e de todos os mais que pessuem fazendas confinantes com o aqueduto desta Villa que todas as vezes que for acha-

do, roto, ou descoberto o aqueduto junto as suas testadas serão obrigados a pagar o conserto do sobredito arrombamento no caso de não denunciarem o autor do arrombamento, estando neste caso contra eles a presunção de terem feito o arrombamento para se servirem da agoa, e por isso nos precizos termos de serem condenados na conformidade do Alvará de 16 de Julho de 1622. – concorrendo tambem nas penas das Posturas”.

02 de Junho de 1792**** - Acusação de várias acções contra os moradores do lugar da Usseira *“aos quais se achavão com barros de terra sobre o cano”* [do aqueduto].

22 de Maio de 1793**** - Requerimento do Padre Raimundo Nonato, da Vila de Óbidos, deferido pela Vereação, *“para se lhe conceder licença para encanar os sobejos da agoa do novo chafariz no Arrebalde [refere-se ao Chafariz do Poço ou Chafariz Novo/Chafariz do Arrebalde ou Chafariz de D. Maria I, existente desde 1792] para o seu quintal repondo tudo no antigo estado depois de feito o encanamento”.*

09 de Novembro de 1797**** - Petição de Thiago Joze Luis Reinaud, da cidade de Lisboa, deferida pela Câmara Municipal, para *“tirar a insignificância de huma pena de agoa”* [do Chafariz da Praça de Santa Maria], no abastecimento das suas várias moradas de casas na Vila de Óbidos, *“sugeitando se por si, e por seus bens havidos, e por haver a fazer todo, e qualquer conserto, reparo, ou precizão...à conservação do mesmo chafariz, aliviando-se, assim o publico em contemplação de concordar no favor que supplicava”.*

1834 - Extinção da *Casa das Rainhas*, passando a Várzea de Óbidos, onde se incluía a reparação e limpeza do Aqueduto, para a posse da Fazenda Nacional, que posteriormente vende, em hasta pública, ao seu comprador, o proprietário agrícola, Faustino da Gama.

24 de Novembro de 1840**** – Reparos no Aqueduto.

23 de Maio de 1848**** – O proprietário agrícola, Faustino da Gama oficia à Câmara Municipal de Óbidos que pretende fazer os concertos necessários no Aqueduto.

20 de Junho de 1848**** - Em resposta ao ofício de Faustino da Gama, a Câmara participou-lhe que ele deveria tratar das obras no Aqueduto, visto *“que os trabalhos das Rossas e arredas do Aqueduto se achavão feitas”.*

23 de Janeiro de 1850**** - A autarquia obidense oficia, novamente, a Faustino da Gama, para que este mande reparar o Aqueduto *“a fim de que corra agoa nos Chafarizes da Praça e arrebalde que há dias se achão secos”.*

23 de Abril de 1850**** – A Vereação acordou que no dia 01 de Maio *“saísse a Câmara a vistoriar o aqueducto e Ponte da Rolissa”.*

07 de Maio de 1850**** – Após vistoria da Vereação, *“Acordarão se passassem Editaes para se fazerem as Rossas e arredas no aqueducto, até 25 do corrente”* e *“Acordarão mais que se officiasse ao [Faustino da] Gama tanto a respeito dos reparos no aqueducto, como relativamente à sementeira do arroz que o mesmo fizera na Várzea”.*

11 de Junho de 1850**** - Ofício de Faustino da Gama, dirigido à Câmara Municipal, dizendo estar pronto a dar todos os anos a quota que a Rainha D. Catarina de Áustria, estabeleceu, no século XVI, para o aqueduto, a fim de que a Câmara tratasse dos reparos.

26 de Abril de 1853**** – A Vereação Municipal, conjuntamente com o Administrador do Concelho, deliberou fazer uma vistoria ao Aqueduto para verificar se as roças e arredas haviam sido feitas.

18 de Julho de 1854**** – A Vereação mandou dizer ao Sr. Faustino da Gama, que era necessário nomear-se uma pessoa para vigiar o Aqueduto e punir aqueles que *“abrissem rombos...e dessemcaminhase”* a água para regas ou outros fins semelhantes. Para este fim lembraram-se de nomear Joaquim Maria da Silva Freire, dando-lhe de prêmio por este trabalho metade das multas que conseguisse para o Cofre do Concelho.

12 de Outubro de 1855**** - Divergência entre a Câmara Municipal (a favor) e o Administrador do Concelho (contra) quanto ao retirar de uma cruz *“que se achava assente na parede do Aqueduto à porta da Villa”*. Venceu a posição da Câmara, sendo a cruz retirada e colocada num “lugar mais conveniente”.

29 de Agosto de 1859**** – A Vereação acordou, que se afixassem Editais em Óbidos e nos lugares do Pinhal, Dagorda e Usseira para que as pessoas que tem casas confinantes com o Aqueduto façam as *“rossas das testadas...e nellas abrir os augueiros, e desentupir os agulheiros até ao pavimento dos augueiros que nelles há”*, ficando sujeitos às multas das Posturas se não o praticarem.

16 de Abril de 1861**** - Informação de que nos Chafarizes da Vila (com excepção daquele que existe extramuros) não corre água, convidando o vereador Faustino da Gama Júnior, como representante de seu pai (Faustino da Gama), proprietário da Várzea da Rainha, para que mande reparar os canos interiores da Vila. O Vereador respondeu que estaria com dúvidas se realmente seria obrigado a fazer a dita reparação, mas que por deferência à Câmara e habitantes da Vila, mandava, à sua custa, e por esta vez somente, fazer os consertos necessários. A Vereação aceitou, mas com reserva quanto aos direitos a quem pertence fazer a respectiva reparação.

03 de Agosto de 1861**** – A Câmara acordou a realização de uma vistoria ao Aqueduto, a fim de saber os motivos que impedem que a água chegue aos Chafarizes da Vila de Óbidos.

08 de Janeiro de 1863**** - Memorial do Sr. Faustino da Gama Sênior apresentado à Câmara Municipal, em que propõe que a autarquia vele pela conservação do Aqueduto (que na carta de arrematação da Várzea é imposta ao Proprietário), concorrendo ele anualmente com a quantia, que a edilidade tiver de despender nos reparos para a conservação do mesmo. A Câmara aceitou a proposta deste memorial.

12 de Janeiro de 1876**** - O Fiscal da Câmara Municipal, Thomaz Rodrigues da Silva, oficia à edilidade que é urgente fazer reparos no Aqueduto, orçando as obras em *“pouco mais ou menos em cincoenta mil reis”*. A Câmara concordou. Mais tarde teve um acréscimo de mais cem mil reis.

28 de Fevereiro de 1883**** - A edilidade obidense pretende que agentes de policia façam uma visita ao Aqueduto e verifiquem se aquelas pessoas que estão confinantes ao respectivo monumento fizeram *“as rossas e valêtas”*, pois caso contrário, seriam obrigados a pagar a respectiva multa.

24 de Fevereiro de 1887**** - A Câmara manda proceder à reparação do Aqueduto.

14 de Junho de 1889**** - O Administrador do Concelho, Manuel Pereira Lobato, promove junto da Câmara, para que esta mande fazer um carro que conduza os despejos das sentinas da edilidade ao Aqueduto.

09 de Junho de 1890**** – A Vereação manda executar duas portas para os depósitos das águas do Aqueduto, sendo uma na Vila de Óbidos, e outra na mãe de água da Usseira e, igualmente, manda construir um cano de esgoto que conduza as águas para baixo do arco do Aqueduto.

07 de Julho de 1892**** – Reparos no Aqueduto.

28 de Abril de 1894**** – A Câmara Municipal pede ao Governo do Reino, que este proceda com urgência a uma grande reparação do Aqueduto, pois além de ser uma obra de grande necessidade para a Vila, visto abastecer os chafarizes de Óbidos, sendo, igualmente uma obra dispendiosa para os cofres do município. Por outro lado, os médicos municipais aconselham a que as águas do referido Aqueduto sejam cortadas ao abastecimento público, por serem prejudiciais à saúde pública.

22 de Novembro de 1897**** - O Administrador do Concelho pede à Câmara Municipal que esta proceda com a máxima brevidade aos reparos e canalização do Aqueduto.

25 de Setembro de 1899**** - Novamente a edilidade obidense alerta o Governo do Reino, para mandar reparar com um cariz de urgência o Aqueduto, pois os rendimentos municipais não permitem fazer este tipo de reparações.

07 de Abril de 1915**** - Proposta do Vice-Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal para se *“mandarem colocar marcos, d’um lado e d’outro no aqueducto que conduz a agua aos chafarizes desta vila, desde a nascente até á vila, tendo-se em conta a distancia do terreno de cada lado do aqueducto”*.

28 de Novembro de 1932**** – Reparação na porta da Mãe de Água, junto à Porta da Vila.

22 de Janeiro de 1942**** – Os proprietários confinantes com a mãe de água da Usseira, exigem uma indemnização à Câmara Municipal, devido aos prejuízos causados pelas obras ali feitas para a captação de águas.

11 de Junho de 1942**** – Edital Camarário, tomando público, *“que é expressamente proibida a utilização das aguas dos Chafarizes da Vila, para fins que não sejam, fins domésticos. Aos contraventores será aplicada a multa de 50.00 [escudos], nos termos do n.º 1 do art.º 29 do Código de Posturas Municipais”*.

07 de Junho de 1943**** – Deliberação camarária dando início à abertura da vala destinada à canalização que irá abastecer de água a Vila de Óbidos e *“convidando todos os senhores proprietários confinantes com o novo traçado, e que se julgarem com direito a indemnização pela ocupação de terrenos, ou prejuízo de searas, a virem apresentar na Secretaria d’esta Camara...as suas reclamações”*.

Novembro/Dezembro de 1947 - Portaria de 30 de Novembro de 1947, aprovando o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água da Vila de Óbidos, publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 302, de 29 de Dezembro de 1947.

18 de Setembro de 1948 – A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais fixa, também o Aqueduto, na zona de Protecção do Castelo e Vila de Óbidos e, dentro dela, a área vedada a construções.

30 de Outubro de 1948**** – A Câmara oficia à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *“solicitando o seu interesse para que os arcos do antigo aqueducto que conduzia a agua a esta Vila, que ultimamente ruíram, possam ser reparados por aquela Direcção, visto esta Camara não ter possibilidade com que possa ocorrer a essa despesa”*.

18 de Novembro de 1948**** - Mudança de todo o ferro fundido que constituía a antiga canalização de água à Vila de Óbidos *“ao preço de um escudo e dez centavos cada quilo ficando as despesas de arranque e transporte, armazenagem e pesagem, à conta do arrematante* [este trabalho foi adjudicado ao único concorrente, o Sr. António

Duarte Marques, residente na Delgada, Concelho do Bombarral], *com a obrigação de não danificar o aqueduto no qual referido tubo está incluído*". Nesta venda não estava incluída o troço compreendido entre a antiga nascente, localizada na Usseira e a actual captação de água da altura.

1956**** – Obras de alargamento dos arcos do Aqueduto.

09 de Novembro de 1962 – Através do Decreto n.º 44675, o Aqueduto é classificado como Imóvel de Interesse Público.

23 de Janeiro de 1964**** – Estudada a hipótese de criar um lavadouro público no Chafariz dos Cavalos.

FONTES:

* Datas existentes em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4922 – Aqueduto da Usseira.

** *Chancelarias Régias da Casa das Rainhas*, ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo), Lv.02, 292v.

*** *Livros de Contas do Concelho de Óbidos*, AHCMO (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos)/AL/LC/Lv02/FI04 e FI.83.

**** *Livros de Actas de Vereação da Câmara Municipal de Óbidos (1601-1965)*, AHCMO/AL/AV/Lvs. 01 a 65.

***** *Livros de Registos da Câmara (Leis, Ordens e Alvarás)*, AHCMO/AL/RC/Lv05/FI.122v.

